



APENSADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:
(DO SENADO FEDERAL)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia.

DESPACHO:

19/06/2001 - (À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, EM 24/8/01

REGIME DE TRAMITAÇÃO

ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
CCJR	27/08/01
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):

Comissão de: Constituição e Justiça e de Redação

A(o) Sr(a). Deputado(a):

Comissão de:

A(o) Sr(a). Deputado(a):

Comissão de:

A(o) Sr(a). Deputado(a):

Comissão de:

A(o) Sr(a). Deputado(a):

Comissão de:

A(o) Sr(a). Deputado(a):

Comissão de:

A(o) Sr(a). Deputado(a):

Comissão de:

A(o) Sr(a). Deputado(a):

Comissão de:

Presidente:

Presidente:

Presidente:

Presidente:

Presidente:

Presidente:

Presidente:

Presidente:

Em: 14/09/2001

Em: / /

Em: / /

Em: / /

Em: / /

Em: / /

Em: / /

Em: / /

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 376, DE 2001 (DO SENADO FEDERAL)



Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto Constitucional:


Art. 1º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 84:

"Art. 84. Os integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia que comprovadamente se encontravam no exercício regular de suas funções prestando serviços àquele ex-Território na data em que foi transformado em Estado, e os policiais militares que tenham sido admitidos por força de lei federal, custeados pela União, constituirão quadro em extinção da administração federal, assegurados os direitos e as vantagens a eles inerentes, vedado o pagamento, a qualquer título, de diferenças remuneratórias.

Parágrafo único. Os servidores da carreira policial militar continuarão prestando serviços ao Estado de Rondônia na condição de cedidos, submetidos às disposições legais e regulamentares a que está sujeita a respectiva corporação da Polícia Militar, observadas as atribuições de função compatíveis com seu grau hierárquico."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de junho de 2001


Senador Jader Barbalho
Presidente do Senado Federal



Ofício nº 709 (SF)

Brasília, em 12 de junho de 2001.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à apreciação da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2000, constante dos autógrafos juntos, que "acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia".

Atenciosamente,

Senadora Marluce Pinto
Segunda Suplente, no exercício
da Primeira Secretaria

PRIMEIRA-SECRETARIA

Em 13/ JUNHO/2001

De ordem, ao Senhor Secretário-
Geral da Mesa, para as devidas
Providências.

IARA ARAÚJO ALENCAR AIRES
Chefe de Gabinete

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Severino Cavalcanti
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
Ess/Pec00-037

**SENADO FEDERAL**[Home](#) | [Senadores](#) | [Conheça o Senado Federal](#) | [Processo Legislativo](#)
[Legislação](#) | [Livros e Documentos](#) | [Orçamento](#) | [Informações Externas](#)[<<< voltar](#)**SF PEC 00037/2000 de 13/09/2000**

Autor SENADOR - Moreira Mendes

Ementa Dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia.

Indexação ALTERAÇÃO, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, INCLUSÃO, INCORPORAÇÃO, POLICIAL MILITAR, TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA, QUADRO DE PESSOAL, QUADRO EXTINTO, QUADRO DE CARREIRA, UNIÃO FEDERAL, SERVIDOR, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, ESTADO, (RO).

Localização atual SSEX - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Última Ação

[SF PEC 00037/2000](#)

Data: 06/06/2001

Local: ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: APROVADA

Texto: Aprovada em 2º Turno, com o seguinte resultado: SIM: 60; NÃO 1; ABSTENÇÃO: 0 - TOTAL: 61; tendo o Sr. Edison Lobão apresentado voto da tribuna, após usarem da palavra os Srs. Moreira Mendes e Amir Lando. À CCJ para redação final. Leitura do Parecer nº 500, de 2001-CCJ, relator Senador Jefferso Péres. Aprovado. À Câmara dos Deputados. À SGM com destino à SSEX.

Tramitações[Inverter ordenação de tramitações \(Data ascendente\)](#)**SF PEC 00037/2000**

07/06/2001 SSEX - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE

Recebido neste órgão às 17:00 hs. Encaminhados expedientes à SGM para colher assinaturas.

07/06/2001 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Procedida a revisão dos autógrafos.07/06/2001 SSEX - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE
À SSCLSF para revisão dos autógrafos (fls. 21).07/06/2001 SSEX - SUBSECRETARIA DE EXPEDIENTE
Recebido neste órgão às 11:30 hs.07/06/2001 SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA
Procedida a revisão da Redação Final (fls. 20 a 21). À SSEX.06/06/2001 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO
Situação: APROVADA
Aprovada em 2º Turno, com o seguinte resultado: SIM: 60; NÃO 1; ABSTENÇÃO: 0 - TOTAL: 61; tendo o Sr. Edison Lobão apresentado voto da tribuna, após usarem da palavra os Srs. Moreira Mendes e Amir Lando. À CCJ para redação final. Leitura do Parecer nº 500, de 2001-CCJ, relator Senador Jefferso Péres. Aprovado. À Câmara dos Deputados. À SGM com destino à SSEX.05/06/2001 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA
Incluída em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 06/06/2001.
Discussão, em segundo turno (3ª e última sessão de discussão).05/06/2001 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO
Não houve oradores na segunda sessão de discussão, em segundo turno. À SSCLSF.31/05/2001 SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA
Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA
Incluída em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 05/06/2001.
Discussão, em segundo. (2ª sessão de discussão)31/05/2001 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO
Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA
Não houve oradores no primeiro dia de discussão, em 2º turno. A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para

h.../PRODASEN.LAYOUT_MATE_DETALHE.SHOW_MATERIA?P_COD_MAT=4517 07/06/2001



prosseguimento da discussão. À SGM.

24/05/2001 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA
Incluído em Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 31.5.2001.
Discussão em segundo turno. Primeira sessão de discussão.

23/05/2001 SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA
Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA
Aguardando inclusão em Ordem do Dia.

23/05/2001 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO
Discussão encerrada, em primeiro turno, tendo usado da palavra os Srs.
Moreira Mendes, Romero Jucá, Amir Lando e Sebastião Rocha. Aprovada, com o
seguinte resultado: Sim 61, Não 1, Abst. 0, Total = 62. A matéria constará da
Ordem do Dia, oportunamente, para o 2º turno constitucional, obedecido o
interstício regimental. À SGM.

Publicação em 24/05/2001 no DSF páginas: 10239 - 10242 (**Ver diário**)

22/05/2001 SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA
Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA
Incluída em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 23.05.2001.
Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno.

22/05/2001 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO
Não houve oradores na quarta sessão de discussão, em primeiro turno. A
matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária,
para prosseguimento da discussão. À SGM.

17/05/2001 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA
Incluída em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 22.05.2001.
Quarto dia de discussão, em primeiro turno.

17/05/2001 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO
Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA
Não houve oradores na 3ª sessão de discussão em 1º turno. À SSCLSF.

17/05/2001 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA
Incluída em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 17.05.2001.
Terceiro dia de discussão, em primeiro turno.

16/05/2001 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO
Usam da palavra no segundo dia de discussão, em primeiro turno, os Srs.
Moreira Mendes, Romero Jucá e Amir Lando. À SSCLSF.

Publicação em 17/05/2001 no DSF páginas: 9581 - 9583 (**Ver diário**)
Republicado em 17/05/2001 no DSF páginas: 9576 - 9578 (**Ver diário**)

16/05/2001 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA
Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 16.05.2001.
Segundo dia de discussão, em primeiro turno.

15/05/2001 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO
Não houve oradores na primeira sessão de discussão, em primeiro turno. À
SSCLSF.

11/05/2001 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Situação: INCLUIDO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA
Incluída em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 15/05/2001.
Discussão, em primeiro turno. (1º dia de discussão)

08/05/2001 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Situação: AGENDADO PARA ORDEM DO DIA
Agendado para a Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 15.05.2001
(7 d)

03/05/2001 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA
Aguardando inclusão em Ordem do Dia

02/05/2001 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO
Leitura do Parecer nº 242, de 2001- CCJ, relator Senador Romeu Tuma,
favorável. À SSCLSF.

Publicação em 03/05/2001 no DSF páginas: 7876 - 7879 (**Ver diário**)

26/04/2001 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO
Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)
Aguardando leitura de parecer. Anexada legislação citada no parecer da CCJ, de
fls. nº 15.

25/04/2001 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Situação: ANEXEI AS FOLHAS E ANEXEI NA COMISSÃO

Lido o relatório pelo Senador Francelino Pereira em razão da temporária ausência do Relator, Senador Romeu Tuma. Discutido e aprovado, por unanimidade, o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCJ pela aprovação da matéria. Assina sem voto o Senador Lúcio Alcântara, suplente na Comissão, em virtude de estar completa a bancada de titulares do PSDB. À SSLCSF.

18/04/2001 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Deliberação sobre a matéria adiada para a reunião de 25/04/01 em razão do adiantado da hora.

17/04/2001 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Anexei às fls. 10 a 12, nova versão do relatório do Sen. Romeu Tuma, que reformula o seu voto pela aprovação da matéria na forma em que foi apresentada. Matéria inclusa na pauta da reunião ordinária, de 18.04.01, da Comissão.

05/04/2001 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA
Anexei as fls. nºs 6 a 9, minuta do Relatório do Senador Romeu Tuma. Ao Gabinete do Senador Romeu Tuma, a pedido, para reexame.

23/11/2000 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: PRONTO PARA A PAUTA NA COMISSÃO
Recebido o relatório do Sen. Romeu Tuma, com voto pela aprovação da matéria na forma do substitutivo apresentado. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

11/10/2000 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA
Distribuído ao Senador Romeu Tuma, para emitir relatório.

14/09/2000 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR
Matéria aguardando distribuição.

13/09/2000 ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO
Leitura. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Publicação em 14/09/2000 no DSF páginas: 18526 - 18527 (**Ver diário**)

13/09/2000 PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO
Este processo contém 05 (cinco) folhas numeradas e rubricadas. À SSCOM.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Dúvidas, reclamações e informações: SSINF - Subsecretaria de Informações



1210612001 À CÂMARA DOS DEPUTADOS ATRAVÉS DO OF/SF Nº 709



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

Seção VIII Do Processo Legislativo

Subseção II Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.



§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

.....

Art. 83. Lei federal definirá os produtos e serviços supérfluos a que se referem os arts. 80, inciso II, e 82, §§ 1º e 2º.

** Artigo, "caput", acrescido pela Emenda Constitucional nº 31, de 14/12/2000.*



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2000

Dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia que comprovadamente se encontravam no exercício regular de suas funções prestando serviços àquele ex-Território na data em que foi transformado em Estado e os policiais militares que tenham sido admitidos por força de lei federal, custeados pela União, constituirão quadro em extinção da administração federal, assegurados os direitos e as vantagens a eles inerentes, vedado o pagamento, a qualquer título, de diferenças remuneratórias.

Parágrafo único. Os servidores da carreira policial militar continuarão prestando serviços ao Estado de Rondônia na condição de cedidos, submetidos às disposições legais e regulamentares a que está sujeita a respectiva corporação da Polícia Militar, observadas as atribuições de função compatíveis com seu grau hierárquico.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que estabeleceu a Reforma Administrativa,

prevê que "os servidores públicos federais da administração direta e indireta, os servidores municipais e os integrantes da carreira policial militar dos ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima, que comprovadamente encontravam-se no exercício regular de suas funções prestando serviços àqueles ex-Territórios na data em que foram transformados em Estados; os policiais militares que tenham sido admitidos por força de lei federal, custeados pela União; e, ainda, os servidores civis nesses Estados com vínculo funcional já reconhecido pela União, constituirão quadro em extinção da administração federal, assegurados os direitos e vantagens inerentes aos seus servidores, vedado o pagamento, a qualquer título, de diferenças remuneratórias".

Quando da tramitação, no Senado Federal, da proposição legislativa que veio a se converter na referida emenda constitucional, houve um amplo entendimento, que contou com a participação da Bancada do Estado de Rondônia e dos representantes do Governo Federal, no sentido de que se incorria em um claro equívoco e injustiça, excluir os servidores do ex-Território Federal de Rondônia das disposições acima transcritas. Vale ressaltar, aqui, que o problema, de fato, envolvia, exclusivamente, os servidores militares daquele ex-Território, uma vez que a situação dos civis já fora equacionada.

O acordo, entretanto, não teve naquele momento viabilidade legislativa em razão da urgência para a promulgação da emenda constitucional, pois,

2

caso fosse emendada por esta Casa, isso implicaria o retorno da matéria para nova apreciação pela Câmara dos Deputados. Estabeleceu-se, então, que se aguardaria a oportunidade legislativa adequada para dar forma ao entendimento.

Passados mais de dois anos da promulgação da referida Emenda Constitucional nº 19, de 1998, parece-nos ter chegado o momento tão esperado pelos que têm responsabilidade com os destinos do Estado de Rondônia.

A proposição que ora apresentamos busca, assim, resgatar, para os servidores públicos militares do ex-Território Federal de Rondônia – antecipamos em informar que são poucas centenas – os direitos que a Constituição, oportuna e convenientemente, concedeu aos colegas dos ex-Territórios do Amapá e Roraima, cujo processo de transformação em Estados, por força do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, seguiu as mesmas normas anteriormente aplicadas à criação do Estado de Rondônia (LCP nº 41, de 22 de dezembro de 1981).

Trata-se, destarte, de proposta que homenageia o princípio constitucional da isonomia,

segundo o qual deve-se tratar igualmente aqueles que se encontram em igual situação jurídica.

Portanto, é para resgatar os direitos desses brasileiros, e assim cumprir os acordos celebrados entre lideranças responsáveis, que apresentamos a presente proposta de emenda à Constituição.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 2000. –
Senador Moreira Mendes – Amir Lando – Hugo Napoleão – Heloisa Helena – Gilberto Mestrinho – Lauro Campos – Osmar Dias – Jefferson Péres – José Fogaça – Lúcio Alcântara – Eduardo Souza Campos – Carlos Patrocínio – José Agripino – Tião Viana – Romeu Tuma – Bernardo Cabral – Osmar Dias – Djalma Bessa – Paulo Souto – Luiz Otávio – Roberto Requião – Rita Camata – Henrique Loyola – José Jorge – Wellington Roberto – Pedro Piva – Emilia Fernandes – Ney Suassuna – Fernando Mestrinho – José Sarney – Leomar Quintanilha – Germano Althoff – Juvêncio Fonseca – Luiz Pontes – Pedro Simon – José Alencar – Geraldo Cândido – Jonas Pinheiro – Eduardo Suplicy – Ramez Tebet – Clodoaldo Torres – Lúcio Coelho – Valmir Amaral – José Eduardo.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 14-09-2000



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 242, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2000, tendo como 1º secretário o Senador Moreira Mendes, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia.

Relator: Senador Romeu Tuma

Relator *ad hoc*: Senador Francelino Pereira

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame, nos termos do art. 356, **caput**, do Regimento Interno, a proposta de emenda à Constituição em epígrafe, subscrita por quarenta e cinco Senadores, que objetiva constituir quadro em extinção da administração federal os integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia que se encontravam no exercício regular da função na data da transformação do referido Território em Estado.

Estabelece, ademais, que os mencionados servidores policiais continuarão prestando serviços ao Estado de Rondônia, na condição de cedidos, submetendo-se, porém, às disposições legais e regulamentares a que está sujeita a respectiva Corporação Militar, observadas as atribuições de funções compatíveis com seu grau hierárquico.

Os autores justificam a sua proposta alegando que seja concedido o mesmo tratamento dado pelo constituinte derivado aos integrantes da carreira policial militar dos Ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima, na forma do disposto do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que estabeleceu a Reforma Administrativa.

Desse modo, pretendem reparar o que entendem ter sido um claro equívoco e injustiça do Senado Federal para com os policiais militares do ex-Território de Rondônia ao não permitir que fosse emendada a proposta que resultou na referida EC nº 19/98, sob a justificativa de se evitar que a matéria retornasse à Câmara dos Deputados, não obstante ter havido, por ocasião de sua tramitação nesta Casa, amplo entendimento a esse respeito entre os membros da bancada do Estado de Rondônia e o Governo Federal.

Não foram apresentadas emendas durante o prazo regimental.

É o relatório.

II – Voto

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 356, **caput**, do Regimento Interno, emitir parecer, inclusive quanto ao mérito, sobre propostas de emenda à Constituição.

Concordamos com os argumentos dos autores da proposta, pois entendemos que o tratamento

concedido pelo constituinte derivado aos integrantes da carreira policial militar dos ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima, mediante a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, deveria ter sido dado, também, aos integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia, tendo em vista o princípio da igualdade, expressamente previsto no **caput** do art. 5º da Constituição Federal.

Ademais, pretendem os autores da proposta tão-somente reparar a incoerência legislativa que se reconhecia existir na proposta de emenda à Constituição que resultou na referida Emenda Constitucional que estabeleceu a Reforma Administrativa, mas que não foi feita quando da sua tramitação nesta Casa sob o argumento de que a alteração da proposta implicaria o seu retorno à Casa de origem.

Assim, não há o que contestar quanto ao mérito da proposta tendo em vista o seu elevado propósito de justiça. Ademais, é irrisório o aumento de despesas da União com esse acréscimo de pessoal se a proposta for aprovada, em razão de ser pequeno o número de policiais na ativa e reformados e de seus pensionistas a serem beneficiados, pois já transcorreram quase duas décadas desde a data da criação do Estado de Rondônia mediante transformação do Território Federal com o mesmo nome, quando estavam no exercício de suas funções os policiais que os autores da proposta pretendem incluir em quadro em extinção da administração federal.

Se no mérito a proposta só merece, s.m.j., encômios, nada temos a objetar quanto aos aspectos de constitucionalidade e regimentalidade, pois entendemos que a proposta observa a regra constitucional que exige número mínimo de signatários e veda emenda à Constituição, na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, que trate de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa e tenda a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais (art. 60, I, §§ 1º, 2º, 4º e 5º da Constituição e arts. 354, §§ 1º e 2º, e art. 373 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF). Também, não incorre na proibição prevista no art. 371 do RISF, em razão de a proposta não visar a alteração de dispositivos sem correlação entre si.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2000.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2001. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Osmar Dias** – **Nilo Teixeira Campos** – **Romero Jucá** – **Francelino Pereira** – **José Agripino** – **Jefferson Péres** – **Álvaro Dias** – **Ademir Andrade** – **Lúcio Alcântara** (sem voto por estar completo o nº de titulares do PSDB) – **Maguito Vilela** – **Sérgio Machado** – **Sebastião Rocha** – **Wellington Roberto** – **Ramez Tebet**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais
CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Subseção II
Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- II – do Presidente da República;
- III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I – a forma federativa de Estado;
- II – o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III – a separação dos Poderes;
- IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º – A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19,
DE 04 DE JUNHO DE 1998

Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.

Art. 31. Os servidores públicos federais da administração direta e indireta, os servidores municipais e os integrantes da carreira policial militar dos ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima, que comprovadamente encontravam-se no exercício regular de suas funções prestando serviços àqueles ex-Territórios na data em que foram transformados em Estados; os policiais militares que tenham sido admitidos por força de lei federal, custeados pela União; e, ainda, os servidores civis nesses Estados com vínculo funcional já reconhecido pela União, constituirão quadro em extinção da administração federal, assegurados os direitos e vantagens inerentes aos seus servidores, vedado o pagamento, a qualquer título, de diferenças remuneratórias

PARECER Nº , DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2000, que Dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame, nos termos do art. 356, **caput**, do Regimento Interno, a proposta de emenda à Constituição em epígrafe, subscrita por quarenta e cinco Senadores, que objetiva constituir quadro em extinção da administração federal os integrantes da carreira policial militar do ex-Território

Federal de Rondônia que se encontravam no exercício regular da função na data da transformação do referido Território em Estado.

Estabelece, ademais, que os mencionados servidores policiais continuarão prestando serviços ao Estado de Rondônia, na condição de cedidos, submetendo-se, porém, às disposições legais e regulamentares a que está sujeita a respectiva Corporação Militar, observadas as atribuições e funções compatíveis com seu grau hierárquico.

Os autores justificam a sua proposta alegando que seja concedido o mesmo tratamento dado pelo constituinte derivado aos integrantes da carreira policial militar dos Ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima, na forma do disposto do ad. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que estabeleceu a Reforma Administrativa.

Desse modo, pretendem reparar o que entendem ter sido um claro equívoco e injustiça do Senado Federal para com os policiais militares do ex-Território de Rondônia ao não permitir que fosse emendada a proposta que resultou na referida EC nº 19/98, sob a justificativa de se evitar que a matéria retomassem à Câmara dos Deputados, não obstante ter havido, por ocasião de sua tramitação nesta Casa, amplo entendimento a esse respeito entre os membros da bancada do Estado de Rondônia e o Governo Federal.

Não foram apresentadas emendas durante o prazo regimental.

E o relatório.

II – Voto

Cabe a esta Comissão, nos termos do ad. 356, **caput**, do Regimento Interno, emitir parecer, inclusive quanto ao mérito, sobre propostas de emenda à Constituição.

Concordamos com os argumentos dos autores da proposta, pois entendemos que o tratamento concedido pelo constituinte derivado aos integrantes da carreira policial militar dos ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima, mediante a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, deveria ter sido dado, também, aos integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia, tendo em vista o princípio da igualdade, expressamente previsto no **caput** do artº da Constituição Federal.

Ademais, pretendem os autores da proposta tão-somente reparar a incoerência legislativa que se reconhecia existir na proposta de emenda à Constituição que resultou na referida Emenda Constitucional que estabeleceu a Reforma

Administrativa, mas que não foi feita quando da sua tramitação nesta Casa sob o argumento de que a alteração da proposta implicaria o seu retomo à Casa de origem.

Assim, não há o que contestar quanto ao mérito da proposta tendo em vista o seu elevado propósito de justiça. Ademais, é irrisório o aumento de despesas da União com esse acréscimo de pessoal se a proposta for aprovada, em razão de ser pequeno o número de policiais na ativa e reformados e de seus pensionistas a serem beneficiados, pois já transcorreram quase duas décadas desde a data da criação do Estado de Rondônia mediante transformação do Território Federal com o mesmo nome, quando estavam no exercício de suas funções os policiais que os autores da proposta pretendem incluir em quadro em extinção da administração federal.

Se no mérito a proposta só merece, s.m.j., encômios, nada temos a objetar quanto aos aspectos de constitucionalidade e regimentalidade, pois entendemos que a proposta observa a regra constitucional que exige número mínimo de signatários e veda emenda à Constituição, na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, que trate de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa e tenda a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais (art. 60, I, §§ 1º, 2º, 4º e 5º da Constituição e arts. 354, §§ 1º e 2º, e art. 373 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF). Também, não incorre na proibição prevista no art. 371 do RISF, em razão de a proposta não visar a alteração de dispositivos sem correlação entre si.

Todavia, temos objeções a fazer quanto à técnica legislativa adotada, pois entendemos que não é recomendável que proposta de emenda à

Constituição seja redigida sem que o seu conteúdo não se integre ao seu texto, constituindo, assim, norma constitucional extravagante, não obstante a Emenda à Constitucional nº 19, de 1998, contenha oito artigos (arts. 25 a 31 e 33) que não se incluem no texto constitucional permanente ou no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), contrariando, assim, a sistemática e a unidade da Carta de 1988.

Torna-se indispensável adequar a redação às exigências da Lei Complementar nº 95, de 1998, de modo a inserir o conteúdo da proposta no ADCT, já que não é possível integrá-la no texto permanente como seria de melhor técnica.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2000, quanto ao mérito, à constitucionalidade e à regimentalidade, nos termos do seguinte substitutivo:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 37(SUBSTITUTIVO), DE 2000**

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estender aos integrantes da carreira policial militar do ex-Território de Rondônia o disposto no art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º É acrescentado o art. 76-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a seguinte redação:

“Art. 76-A. Aplica-se aos integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia o disposto no art. 31 da Emenda Constitucional nº 19 de 1998.”

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, Presidente. Relator

Publicado no Diário do Senado Federal de 3 - 5 - 2001



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 500, DE 2001

(Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2000.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresenta a redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2000, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia.

Sala de Reuniões da Comissão, 6 de junho de 2001.

ANEXO AO PARECER Nº 500, DE 2001
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº , DE 2001

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a

regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 84:

“Art. 84. Os integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia que comprovadamente se encontravam no exercício regular de suas funções prestando serviços aquele ex-Território na data em que foi transformado em Estado, e os policiais militares que tenham sido admitidos por força de lei federal, custeados pela União, constituirão quadro em extinção da administração federal, assegurados os direitos e as vantagens a eles inerentes, vedado o pagamento, a qualquer título, de diferenças remuneratórias.

Parágrafo único. Os servidores da carreira policial militar continuarão prestando serviços ao Estado de Rondônia na condição de cedidos, submetidos às disposições legais e regulamentares a que está sujeita

a respectiva corporação da Polícia Militar, observadas as atribuições de função compatíveis com seu grau hierárquico."

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 7 - 6 - 2001

Lote: 19
Caixa: 46
PEC Nº 376/2001
12



CÂMARA DOS DEPUTADOS

URGENTE

Sr. Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a V.Exa. a apensação das Propostas de Emenda à Constituição de nºs 289/2000 e 376, de 2001, uma vez que tratam de matéria análoga.

Brasília, 19 de setembro de 2001

DEPUTADO CONFÚCIO MOURA

PMDB - RONDÔNIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PEC 376/01

À Comissão:
Constituição e Justiça e de Redação

Em 19 / 06 / 01


AÉCIO NEVES
Presidente



Documento : pec003762001 - 1